

Fronteiras invisíveis em territórios reais e imaginários: seríamos todos reféns?

Luciana Ximenez

Psicóloga clínica de orientação junguiana, especialista em estudos junguianos e mestre em psicologia clínica pela PUC-SP. Psicopedagoga pelo Instituto Sedes Sapientiae.

Email: luximenez72@gmail.com

“É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens”.

Assim é regulamentada a liberdade de ir e vir, no Brasil. Um direito previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XV.

Em linhas gerais isso nos parece obvio. Porém, analisando mais de perto o termo “livre locomoção”, nos deparamos com alguns questionamentos sobre as fronteiras, que podem impedir a livre circulação: é viável a locomoção por todas as ruas, avenidas e estradas do nosso país? É possível a locomoção de pessoas portadoras das mais diversas necessidades especiais em locais públicos? É segura a circulação da população por todo o território e em todos os horários do dia? Temos, de fato, autonomia para a livre locomoção no território nacional em tempos de paz? Como definir e entender o conceito de autonomia em meio a tantas restrições a nós impostas?

A palavra *autonomia*, segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, tem origem grega. É uma composição das palavras *auto* (de *autós*), que significa “de si mesmo, por si mesmo, espontaneamente”, e *nomía* (de *nómos*), que quer dizer lei. Combinadas as palavras, podemos entender seu significado como lei própria e espontânea, ou ainda, capacidade de estabelecer sua própria lei.

Ao longo da vida, conforme o indivíduo cresce, vai adquirindo certa “autonomia” para escolher e decidir alguns de seus atos: quando o bebê começa a andar,

percebe que pode escolher para onde ir (desde que seus pais permitam); quando alcança as gavetas, começa a escolher as próprias roupas (desde que sejam adequadas para a ocasião e respeitem a estação do ano); quando se torna adolescente, começa a decidir qual festa ou rolê deseja participar (desde que respeite o horário estipulado pelos pais e, provavelmente, o desejo dos amigos mais próximos); quando entra para a vida adulta, pode decidir em que trabalhar, quando morar sozinho, que horas chegar em casa (desde que consiga se sustentar). Sim. A conquista da autonomia está sempre vinculada a um “desde que”.

Sabemos que a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, traz consigo o surgimento das possibilidades de escolha do indivíduo. Abre um caminho para as mais variadas expressões individuais e coletivas do exercício da autonomia.

Durante este período, emerge um sujeito que se sente cada vez mais independente e autônomo, e para afirmar essa conquista precisa negar qualquer poder que exija dele submissão. Antes, na sociedade tradicional, o desafio era confrontar as instâncias externas que direcionavam seu destino. Agora o desafio passa a ser administrar os conflitos internos entre desejos e interdições, normas e transgressões. Nota-se uma transferência do transitar externo para o transitar interno, do objetivo para o subjetivo, e o conceito de autonomia surge para validar o aparecimento da subjetividade.

No entanto, em oposição ao universo onde as regras eram ditadas coletivamente, o individualismo toma uma proporção descontrolada e cada vez mais percebe-se um culto à satisfação imediata e individual dos prazeres e escolhas, muitas vezes desconsiderando a coletividade. A autonomia, então, se torna sinônimo de autossatisfação, em detrimento do outro, do próximo, da

família, da sociedade. O consumo desenfreado seria, então, um sintoma da busca de satisfação à própria lei.

Porém, a liberdade individual vista dessa forma, tem demonstrado cada vez mais estar comprometida por vários componentes. Um deles é a pressão da semelhança, veiculada pela mídia e pela publicidade. A valorização da singularidade fica abalada pelos mecanismos de conformação a modelos previamente estabelecidos que nos indicam não só como devemos trabalhar, produzir e nos distrair, mas também como nos relacionar, como comer, como nos vestir, como agir. Não é à toa, que surgem, na sociedade contemporânea, consultores profissionais, consultores de moda, de alimentação, de emagrecimento, de maternagem, de relacionamentos, dentre tantos outros.

Portanto, a autonomia tem várias facetas a serem destrinchadas e relativizadas. É uma palavra que deve ser usada cuidadosamente, pois merece respeito e atenção, seja dos indivíduos por si só ou do indivíduo que vive dentro de uma coletividade. Construir as próprias regras e leis, sim, porém desde que se consiga promover um diálogo entre a liberdade de poder construí-las, de assumir e de se responsabilizar pelas escolhas feitas, e de permanecer em relação na sociedade em que vivemos.

Toda sociedade possui leis, que o sujeito precisa interagir mesmo que de forma automática. Nosso universo é relacional e o sujeito só se configura na relação com outro objeto. Poderíamos cogitar que vivemos em situações de dependência e o máximo que podemos fazer é medir o grau maior ou menor de dependência do sujeito dentro do sistema. Guggenbuhl-Craig questiona: “nossa psique vive em uma rede de dependências internas e externas. Ao invés de lutarmos contra nossas dependências, não seria mais sábio refletir sobre elas e procurar colocar e desenvolver nossa alma dentro delas?”

Nesse sentido, a autonomia não seria um conceito literal, mas metafórico. Metafórico porque, levado ao pé da letra, este conceito é impossível de ser desenvolvido. Metafórico, porque nos ajuda a poetizar nossa existência e a nos percebermos como seres que lutam e se responsabilizam pela própria vida. Porém, existe uma necessidade de definir um limite para a metáfora da autonomia. Este limite seria demarcado pelo reconhecimento da existência do Outro, no sentido amplo da palavra, que engloba o homem, a natureza e o mundo.

O limite, então, não seria necessariamente definido por regras pré-estabelecidas, ou por um código moral – implícito ou explícito. Nem por julgamentos egoicos emitidos por uma consciência bem formada e estruturada. Isso não é suficientemente confiável para a tomada de determinadas decisões. Afinal, o que seria uma consciência bem formada e estruturada?

Para Jung, algumas escolhas só podem ser exercidas a partir do aspecto ético do ato da consciência, que não se encontra em valores e costumes morais, mas nas “águas escuras das profundezas”. E acrescenta: “A consciência – não importa em que se baseie – exige que o indivíduo obedeça à sua voz interior, mesmo correndo o perigo de errar”. Essa voz interior tem muitos nomes. Estamos nos referindo aos invisíveis. Fronteiras, guias, crenças, daimon, multiplicidade psíquica. Diz Hillman:

“Vivemos em meio a uma multidão de invisíveis que nos governam: valores familiares, autodesenvolvimento, relações humanas, felicidade pessoal, e ainda um conjunto de figuras míticas mais impiedosas chamadas controle, sucesso, custo-benefício e (o invisível maior e mais presente) a economia. (...) Mas nossa tarefa aqui não é reconstituir todos os invisíveis, mas sim distingui-los, prestando

atenção àquele que já foi chamado de seu *daimon* ou gênio, às vezes de sua alma ou sorte”.

Nesse sentido, o que pode nos roubar a liberdade e o direito de ir e vir, não se resume apenas aos valores, normas e regras ditados em um determinado sistema. A cultura, as relações sociais, familiares e amorosas, nossos próprios complexos e vozes internas, também são capazes de nos privar desse direito de livre movimentação.

Nossa psique é múltipla. Há uma comunidade de pessoas – little people, como diz Jung – que nos habitam e exigem atenção e oportunidade de se manifestar. O ego heroico, aquele que exige superação, bom desempenho, vitórias, sucessos e conquistas, acredita que pode controlar todas as outras movimentações que ocorrem internamente. Doce ilusão. Mais cedo ou mais tarde “os outros” aparecem para reclamar um espaço em que possam ter voz.

Sendo, então, um conceito relativo, que precisa se submeter a tantas variáveis externas e internas, como podemos nos relacionar e usufruir da autonomia e da liberdade de ir e vir dentro deste contexto? Existe uma grande confusão entre liberdade e individualismo desenfreado e irresponsável. Vladimir Safatle em seu artigo intitulado *Somos livres quando somos capazes de nos abrir ao que não controlamos?* afirma que “A modernidade nos acostumou à ideia de liberdade como expressão da autonomia individual. Hoje, ela nos é uma ideia tão natural que parece simplesmente impossível pensar de outra forma”.

Então uma nova forma de pensar a liberdade e autonomia faz-se necessária. Segundo Hillman, “viver plenamente a realidade desta ou daquela situação, tal como ela é, dá asas para a situação, libertando-a do desejo de estar em outro lugar, de escapar dela, de querer mais, saciando assim o desejo da alma de plenitude do momento presente”.

Individuar o momento presente. Mais do que buscar uma autonomia inatingível, buscar uma autonomia possível em cada situação. Estar nela, buscando ao máximo sua singularidade. Fazer das atividades, mesmo que cotidianas, uma forma de revalidar escolhas e de encontrar o diferencial daquele momento único.

Autonomia implica encontrar as próprias regras sem desconsiderar a sociedade em que vivemos, assim como individuação implica diferenciar-se sem excluir o coletivo. Autonomia e individuação, andando lado a lado. Individuação não se confunde com alienação, assim como autonomia não se confunde com egocentrismo. Autonomia é sim encontrar as próprias regras. Porém, somos seres sociais e políticos. Vivemos em relação. O grande desafio é encontrar sua singularidade, seu lugar, seu espaço dentro do mundo e não alheio a ele; é criar um caminho próprio, ainda que dentro de padrões sociais.

Dessa forma, poderíamos dizer que somos reféns. Reféns da sociedade, reféns das nossas escolhas, da nossa história, de nós mesmos. Isso é um fato. Somos também reféns dos acontecimentos.

Segundo Zizek, acontecimento é “o efeito que parece exceder suas causas – e o espaço de um acontecimento é aquele que é aberto pela brecha que separa o efeito da causa (...). Uma ocorrência que não se sustenta em razões suficientes”. E ainda: “a característica básica de um acontecimento é o surgimento surpreendente de algo novo que solapa qualquer esquema estável”.

O acontecimento está fora do controle do ego. A partir dele, emoções, complexos, traumas, inspirações pedem passagem e não há nada a ser feito. Novamente nos fazemos de reféns. E novamente encontramos na brecha que separa a causa do efeito, a possibilidade de individuação, de encontro com as

singularidades, excentricidades e do próprio daimon. É quando a estabilidade cai por terra, no desequilíbrio e quando as fronteiras estão intermitentes e fragilizadas que a alma encontra espaço para sua realização.

Saber se o acontecimento é uma mudança da realidade em si ou uma mudança de como a realidade se apresenta para nós é uma das grandes questões investigadas por filósofos como Zizek. Porém, o que importa aqui, é o que tal acontecimento nos ocasiona: uma mudança de rumo, uma possibilidade de andar por outros caminhos e de exercer nosso direito de ir e vir.

Existe uma forma de consciência que torna possível a individuação de cada lugar que nossos pequenos habitantes pretendem visitar. É uma consciência diferente da consciência heroica, pois é preciso dar espaço para nossa multiplicidade e aprender a transitar e a nos flexibilizar perante as vozes que fogem ao controle do ego. Uma consciência que não vise a superação e a vitória do um sobre os demais. Essa consciência é a consciência dionisíaca.

Dionísio, filho de Zeus e Sêmele inicia sua vida transitando do útero de sua mãe, que morre no sexto mês de gestação, para a coxa de seu pai, a fim de que se completasse o tempo de seu nascimento. Para se proteger da ira de Hera, leva uma vida de fugitivo até a idade adulta. Após ter enlouquecido, ter voltado à sanidade e ter feito enlouquecer; ter transitado na terra e no mundo subterrâneo, no mundo dos vivos e no mundo dos mortos, retorna ao Olimpo e ganha seu lugar, seu culto e seus rituais. Dionísio, apesar de viver em lugares afastados, vive em comunidade, com aqueles que não eram bem-vindos na sociedade tradicional – ninfas, sátiros, centauros e mênades.

Dionísio é aquele que transita entre as fronteiras. Nele, as fronteiras conjugam aquilo que usualmente acreditamos estar definitivamente separado, inatingível e irreconciliável:

“Dionísio nos coloca frente a fenômenos-limite, de modo que não podemos jamais dizer se é louco ou são, selvagem ou sombrio, sexual ou psíquico, macho ou fêmea, consciente ou inconsciente. Onde quer que Dionísio apareça, também se manifesta a fronteira. Ele reina sobre as terras fronteiriças da nossa geografia psíquica” (Hillman)

A consciência dionisíaca tem a necessidade de viver em comunidade. Comunidade com outras pessoas externas e outras pessoas internas, de se relacionar com os complexos, com a alma e seus deuses. “Uma consciência que está sempre embebida em seus complexos, fluindo junto com eles” (Hillman)

Um mundo que conjuga fronteiras pode ser amedrontador. A abertura para o livre trânsito das nossas várias personalidades, pode parecer enlouquecedora. Vale lembrar, no entanto, que nessa perspectiva mítica, o ego é imaginal e está aberto para todas as imagens e metáforas que possam surgir. Dionísio nos ensina que é possível transitar entre os lugares habitados por nossos múltiplos moradores e nossos múltiplos desejos, sem enlouquecermos. Que podemos encontrar a liberdade de ir e de voltar; de entrar e depois sair. E que o que pode ser enlouquecedor, é a estagnação e a rigidez em uma determinada posição.

A livre movimentação, dessa forma, adquire outro sentido. Movimenta-se em busca da liberdade: não mais uma liberdade “de” (escolha ou oportunidade ou mobilidade), nem uma liberdade “para” (fazer ou ir para onde eu quiser com quem eu quiser), mas uma liberdade “em” estar nos eventos e situações que se apresentam. Liberdade “em”, como Hillman apresenta, se manifesta em cada experiência, dentro de limites ou restrições de lugar, tempo, situação ou condição, libertando a alma do desejo de estar em outro lugar.

Assim, o direito de ir e vir, a liberdade, seria, como ressalta Safatle, “saber que há sempre um outro que me causa alteridade profunda que me afeta e que por

isso minhas ações nunca são completamente minhas”. Um outro, que pode ser interno ou externo. Pessoas que me habitam ou que habitam o mundo que me cerca. E assim, já não existe mais as fronteiras que dividem o dentro e o fora. Individua-se cada uma das vivências apresentadas, transformando-as em experiências; movimentando-se e rompendo barreiras e fronteiras, considerando sempre a influência do outro que nos habita e habita o mundo.

Bibliografia

Guggenbühl-Craig, Adolf. *Do lado Averso: uma abordagem paradoxal em psicologia*. Editora Corsária, 1995.

Hillman, James. *O mito da análise*. Rio de Janeiro: Editora paz e terra, 1984.

Hillman, James. *O código do ser*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Hillman, James. *Marriage, Intimacy, Freedom in Marriages*. Connecticut: Spring Publications, 1996

Jung, C.G. *Civilização em transição*. Petrópolis: Vozes [1946], 2012.

Neutzling, Inácio; Bingemer, M.C. Lucchetti; Yunesw, Eliana. *O Futuro da autonomia: uma sociedade de indivíduos?* São Leopoldo: Editora unisinos, 2009.

Safatle, Vladimir. *Somos livres quando somos capazes de nos abrir ao que não controlamos?* Folha de São Paulo, 27/01/2017.

Zizek, Slavoj. *Acontecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.